

# Centros de Saúde sem uso

*Inauguradas no fim do governo anterior, unidades médicas estão fechadas e ainda dependem de novos servidores*

Ricardo Mendes  
Da equipe do Correio

**A**dona-de-casa Rita Pereira de Sales, 42 anos, é hipertensa e sente que está mais doente a cada dia. No início do ano, ela interrompeu o tratamento médico e parou de tomar remédios para o problema porque deixou de existir o atendimento que recebia em sua rua. A cem metros da sua casa, está o Centro de Saúde 3 de Samambaia, inaugurado em 19 de outubro de 1998. Mas a unidade não funciona. “Se o centro funcionasse, eu não precisaria acordar de madrugada para conseguir uma consulta do outro lado da cidade”, reclama Rita, apontando para o prédio que lhe parece inútil.

O prédio do Centro 3 de Samambaia não é a única unidade pública de atendimento médico que foi inaugurada no fim de 1998 e permanece sem uso ou destinada a serviços administrativos. O mesmo ocorre com o Centro de Saúde 4, também em Samambaia, com o Centro de

Saúde 2 de Santa Maria e a nova Emergência do Hospital Regional do Gama.

A justificativa do governo é falta de pessoal e equipamentos, que já estão sendo providenciados: estão sendo feitas licitações para compra de material e concurso para contratação de 1.766 servidores. Segundo a assessoria do secretário de Saúde, Jofran Frejat, as contratações começam este mês e vão dar prioridade aos centros de saúde.

As explicações não bastam para Rita de Sales. Ela conta que, antes, uma médica do Saúde em Casa — programa do governo anterior extinto pelo atual — renovava-lhe a receita dos medicamentos para a pressão arterial. Depois que o centro foi inaugurado, a médica passou a atendê-la naquela unidade. Isso acabou em janeiro.

“Agora, temos de ir umas quatro vezes no outro Centro de Saúde (na chácara Três Meninas) para conseguir consulta”, queixa-se. Enquanto isso, o prédio diante do seu lote serve apenas de ponto de apoio para as

equipes do Saúde da Família, programa de visitas domiciliares que substituiu o Saúde em Casa.

Há um mês, a filha mais velha de Rita — Maria Ivanuza, de 20 anos — sentia dores nas costas e abdome. Com dificuldade para andar, a jovem atravessou o descampado que há entre sua casa e o Centro 3 para obter algum socorro. Lá, preencheu uma ficha de atendimento do Saúde da Família. “Três dias depois, recebemos uma médica, que diagnosticou problema de gases e me passou um remédio para isso”, diz a jovem.

Não adiantou: o problema de Ivanuza era infecção renal. Na mesma semana, teve de ser levada de madrugada ao Hospital Regional de Taguatinga. “Ainda bem que um vizinho com carro me socorreu”, lembra.

## PELA METADE

Dos quatro centros de Samambaia, dois não funcionam. O Centro de Saúde 4 também serve de apoio para o Saúde da Família e abriga a Diretoria Regional de Saúde (DRS), dirigida por Ariovaldo Laranja. “Quando este governo assumiu, recebemos os prédios, mas sem gente para trabalhar”, argumenta ele.

Santa Maria vive situação semelhante: tem dois centros, mas

apenas um funciona. O Centro 2 daquela cidade, na entrequadra 317/217, também serve de sede para a DRS.

“Espero inaugurar o centro até o fim de novembro, com a chegada dos novos servidores, e vamos mudar a regional (DRS) de lugar”, adianta Luiz César Junqueira, responsável pela diretoria regional.

Vizinha do Centro 2, a servente Anaíde Soares tem de acordar de madrugada quando precisa de atendimento médico. Na quarta-feira, chegou às 4h30 no Centro de Saúde 1 para pegar os resultados de exames. Só conseguiu ser atendida às 16h. “Não consigo entender porque tenho de atravessar a cidade se tem um centro do outro lado da minha rua”, comenta. “E sei que, se esse aqui funcionasse, o outro atenderia melhor.”

Ex-secretária de Saúde e atual líder do PT na Câmara Legislativa, a deputada Maria José Maninha contesta os argumentos oficiais. Ela conta que a intenção do governo passado era fazer os centros de saúde funcionar com médicos e auxiliares contratados pelo Saúde em Casa. “Com a extinção do programa, passou a faltar pessoal”, observa a parlamentar.

Ela refuta também as explicações do governo para manter fe-

chado o novo prédio para o setor de Emergência do Hospital Regional do Gama, com 2.200 m<sup>2</sup>. As instalações foram inauguradas em 29 de dezembro passado, a dois dias do fim do mandato de Cristovam Buarque como governador. Mas o serviço de Pronto Socorro continua confinado no velho setor, pequeno o bastante para obrigar pacientes a serem atendidos nos corredores, congestionados de gente e macas.

De acordo com o diretor regional de saúde do Gama, Mário Sérgio Nunes, faltam equipamentos — cuja compra está em fase de licitação. “Não havia necessidade de mais material para começar a atender no novo prédio, bastava transferir a atual estrutura”, contesta a deputada Maninha.

Nunes, porém, diz que foi necessário reformar partes da construção, que seriam “inadequadas” ao funcionamento da Emergência. A reforma incluiu novas aberturas para ventilação, mais pontos para tanques de oxigênio e reparo de infiltrações.

O prédio ainda apresenta infiltrações e tem um pilar trincado, mas deverá entrar em funcionamento em novembro. Apesar de novo, parece estar doente como as pessoas que receberá.